

RECURSO ESPECIAL Nº 1.612.199 - SP (2016/0178340-3)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **CARBONO LORENA LTDA**
ADVOGADOS : **CARLOS ALVES GOMES - SP013857**
 : **PAULO AUGUSTO ROSA GOMES - SP117750**
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por CARBONO LORENA LTDA, mediante o qual se impugna acórdão, proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO LEGAL - CONTRIBUIÇÃO AO SAT - CRITÉRIO DE APLICAÇÃO DAS ALÍQUOTAS - ATIVIDADE PREPONDERANTE GRAU DE RISCO DA EMPRESA COMO UM TODO - IMPOSSIBILIDADE - CONSIDERAÇÃO DE CADA ESTABELECIMENTO INDIVIDUALIZADO PELO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA - POSSIBILIDADE - LEGITIMIDADE DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - INEXISTÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA DO DIREITO À ALÍQUOTA MÍNIMA.

I - A matriz da entidade contribuinte possuía Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica diferenciado de sua filial à época da formalização da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito.

II - Havendo diferença de CNPJ entre empresas e estabelecimento da entidade contribuinte, as alíquotas do SAT não podem ser aplicadas considerando o grau de risco e a atividade preponderante da sociedade como um todo.

III - Diante da presunção de legitimidade da Certidão de Dívida Ativa, caberia à contribuinte provar inequivocamente que se enquadraria na alíquota mínima do Seguro de Acidente de Trabalho.

IV - A Justiça do Trabalho é incompetente para executar os valores em questão, já que não decorrem de sentença ou título judicial trabalhista.

V - Não é razoável enquadrar a empresa fabricante de eletrodos, contatos, artigos de carvão e grafita para uso na alíquota mínima do Seguro de Acidente de Trabalho.

VI - Agravo legal parcialmente improvido" (fls. 315/316e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 325/332e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, manejado com apoio nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, a existência de dissenso pretoriano e ofensa aos arts. 535, II, do CPC/73, 142 e 146 do CTN.

Sustenta, a parte recorrente, em síntese, o seguinte:

"(...) o v. acórdão recorrido, como mencionado alhures neste recurso, em consonância com o entendimento sedimentado por este C. Superior Tribunal de Justiça, reconheceu a necessidade de individualização dos CNPJ's do contribuinte para fixação das alíquotas de recolhimento de contribuições para o financiamento do SAT.

Consequência desse decisum, a ausência de individualização de cada estabelecimento quando da lavratura do auto de infração, certamente ensejaria a necessidade de novo lançamento.

Todavia, o lançamento não pode ser revisto em decorrência da modificação dos critérios jurídicos nele adotados, somente quanto a fato gerador posterior, nos termos do artigo 146 do Código Tributário Nacional, *verbis*:

(...)

Com efeito, o agravo regimental em recurso de apelação deveria ter sido julgado totalmente provido, com a consequente extinção da execução fiscal em tela, vez que é inviável a revisão do lançamento para fins de modificação dos critérios jurídicos adotados pelo fiscal quando da lavratura do auto de infração.

A propósito da necessidade de ser realizado novo lançamento, não há de se olvidar que a autoridade administrativa possui competência privativa para realizá-lo e também para determinar a matéria tributável, nos termos do artigo 142, *verbis*:

(...)

Corolário do v. acórdão recorrido, diante da vedação as alterações dos critérios jurídicos adotados quando do exercício do lançamento com relação aos eventos pretéritos à decisão judicial, é imperativa a extinção da execução fiscal em tela, o que desde já se requer" (fls. 349/e).

Argumenta-se, ainda, que a Justiça Federal seria incompetente para processar a presente execução fiscal, uma vez que caberia à Justiça do Trabalho julgar ações visando ao recebimento de contribuições previdenciárias decorrentes de acordo ou sentença trabalhista.

Aduz-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão, justamente

porque teria deixado de examinar a prova dos autos, no sentido de que a cobrança de contribuição previdenciária, no caso, decorreria de acordo ou sentença trabalhista.

Contrarrazões às fls. 378/384e.

Recurso Especial admitido (fl. 386e).

O presente recurso não merece prosperar.

Não há de se cogitar de omissão, no acórdão recorrido. Dessarte, o que a ora recorrente denomina de omissão consiste, na verdade, em divergência acerca dos fatos da causa. Divergência dessa natureza desafia, em tese, recurso à superior instância, não Embargos de Declaração.

Impossível, de lado outro, examinar a alegação de violação a dispositivos da CLT. A uma, porque carece do necessário prequestionamento (Súmula 211/STJ). A duas, porque, a rigor, a questão da competência da Justiça do Trabalho ou da Justiça Federal – imbricada na alegação de malferimento àqueles dispositivos da CLT – envolve, em realidade, temática constitucional, insuscetível de acerto em sede de Recurso Especial.

No tangente à suposta necessidade de refazimento do lançamento tributário, importante reproduzir o seguinte trecho do **decisum** impugnado:

"Quanto à alegada iliquidez do título também não há omissão nesta parte, pois a questão foi implicitamente apreciada. Basta a embargante demonstrar, mediante prova inequívoca, que os fiscais não observaram a atividade preponderante e grau de risco de cada estabelecimento, o que ilidir a certeza e liquidez o título" (fl. 328e).

Vale dizer, o Tribunal de origem, ao contrário do que afirma a ora recorrente, não considerou que teria havido erro nas CDAs. Daí a razão da referência à necessidade de sua demonstração, mediante prova inequívoca. Não tendo havido, portanto, reconhecimento de vício material nas CDAs, cai por terra a argumentação contida no Especial, de que seria necessário o refazimento do ato de lançamento tributário.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do Recurso Especial e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Sem honorários recursais. Acórdão publicado na vigência do CPC/73.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora